



# SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

## 20/09/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

### TST corta 6 horas extras de funcionário do Fasano que disse trabalhar 20 horas por dia

O TST (Tribunal Superior do Trabalho) anulou parcialmente uma ação trabalhista que condenou o bufê Casa Fasano a registrar um ex-funcionário e pagar, além das verbas rescisórias e trabalhistas, o equivalente a 12 horas extras por dia.

Um ex-chefe de cozinha do bufê disse à Justiça do Trabalho em São Paulo que sua jornada de trabalho foi de aproximadamente 20 horas diárias durante três anos. Em uma ação apresentada em 2010, ele afirmou que começava a trabalhar às 6h e só parava já na madrugada, por volta das 2h.

A empresa chegou a ser condenada a fazer o registro do trabalhador, que era informal, pagar horas extras e demais verbas trabalhistas e rescisórias, tudo sobre a jornada de 20 horas.

Em agosto deste ano, porém, a Subseção 2 Especializada em Dissídios Individuais do TST aceitou o argumento da defesa da Casa Fasano de que a jornada de 20 horas diárias era "humanamente impossível" e determinou que a condenação fosse recalculada.

A defesa do trabalhador calcula que a eliminação de seis horas diárias do cálculo das horas extras vá reduzir o valor final da ação em até 40%. Ainda assim, o trabalhador deverá receber, já considerando a correção monetária aplicada a mais de dez anos de ação, cerca de R\$ 1 milhão.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 20 de setembro.

### Limbo previdenciário é alvo de projeto de senador do Espírito Santo

Um dos temas mais controversos na relação patrão e empregado é o chamado limbo previdenciário. É a situação que ocorre quando o trabalhador se afasta do trabalho por conta de uma doença ou acidente e, apesar de receber alta do INSS, ainda não está efetivamente apto para retornar às atividades profissionais. Nestes casos, a empresa não aceita o seu retorno e também não paga o seu salário. Ou seja, o empregado fica sem a cobertura financeira da Previdência Social e sem sua remuneração mensal.

Para tentar dar um fim a esse cenário, um projeto de lei que tramita no Senado pretende dar um fim a esse problemas que aflige centenas de segurados. Ele foi apresentado pelo senador Fabiano Contarato (PT-ES) e garante que se o empregador, mediante exame médico próprio, não aceitar o retorno do empregado às atividades anteriormente exercidas ou não o readaptar em uma nova função, alegando que persistem os motivos do afastamento, deverá continuar a pagar o salário integral até que o segurado passe por nova perícia do INSS.

Segundo o senador, o empregado constitui a parte hipossuficiente do ponto de vista jurídico, merecendo, dessa forma, maior proteção legal para sua situação. Assim, ele propõe a inclusão de três parágrafos ao Artigo 60 da Lei Federal 8.213, de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social.

Saiba mais em: A Tribuna, terça-feira 20 de setembro.

### Comissão debate assédio moral no trabalho

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados debate na quarta-feira (21) o assédio moral no trabalho. O debate atende a requerimento da deputada Erika Kokay (PT-DF).

O assédio moral, conforme a deputada, se manifesta por meio da prática de violência psicológica, em que a pessoa é submetida a todas formas de constrangimento, humilhação e exposição pública vexatória, atingindo de forma intensa a sua autoestima, causando-lhe intenso sofrimento psicológico e afrontando a sua dignidade.

Erika Kokay afirma que, que recentemente, recebeu denúncias de assédio moral na Caixa Econômica Federal e no Ministério da Educação. "Mas esses casos não são isolados", acrescenta.

"Nos últimos anos, têm se tornado cada vez mais frequentes as denúncias de assédio moral no mundo do trabalho, seja no setor público, seja no setor privado", afirma. "Essa prática vem sendo usada como método de gestão e, muitas vezes, tem o objetivo de obrigar o(a) trabalhador(a) a cumprir metas impossíveis", destaca a deputada.

Saiba mais em: CNTI, terça-feira 20 de setembro.

## Brasil vai para eleições com desemprego menor e dobro da inflação de 2018

A inflação acumulada, porém, dobrou desde então, e a renda real do trabalho encolheu em meio aos impactos da pandemia. Essa combinação, dizem analistas, joga contra a percepção de aquecimento da atividade econômica para uma parcela considerável da população.

Comparar a economia brasileira às vésperas do pleito de 2018 com o momento atual é como observar uma montanha-russa de expectativas, avalia Cosmo Donato, economista-sênior da LCA Consultores. Há quatro anos, diz, as perspectivas eram de previsibilidade fiscal, após a aprovação do teto de gastos, o andamento da reforma da Previdência e de uma possível discussão da reforma tributária.

"Estávamos caminhando para a normalidade, colhendo frutos das reformas que foram feitas e com expectativa de fazermos mais, mas o ambiente mudou completamente. Tivemos uma pandemia nesse caminho e, em termos de fundamentos, estamos em um cenário mais desafiador. Só que a lupa do curto prazo traz boas notícias, sobretudo pelo fim das restrições sanitárias e o impulso fiscal e social", resume.

No trimestre até julho deste ano, o mais recente com dados disponíveis, a taxa de desemprego recuou para 9,1% no Brasil, conforme o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O indicador estava em 12,4% em igual período de 2018 (3,3 pontos percentuais acima).

O número de desempregados –pessoas sem trabalho e à procura de vagas– diminuiu em cerca de 3,2 milhões nesse intervalo. Passou de 13,1 milhões no trimestre até julho de 2018 para 9,9 milhões em igual período de 2022.

A inflação, por outro lado, passou a incomodar mais o bolso dos brasileiros. Nos 12 meses até agosto de 2022, intervalo mais recente com dados disponíveis, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) acumulou alta de 8,73%. Em igual período de 2018, o avanço era de 4,19%. Ou seja, menos da metade.

De acordo com economistas, a inflação ganhou força com os efeitos da pandemia, que impactou a oferta e os preços de insumos, e da Guerra da Ucrânia, que elevou as cotações de commodities.

No Brasil, esses fatores foram potencializados pela alta do dólar, que subiu em meio a turbulências protagonizadas pelo governo Jair Bolsonaro (PL), candidato à reeleição.

Em parte, a inflação foi responsável por encurtar a renda média do trabalho no país, aponta o economista Vitor Hugo Miro, professor do Departamento de Economia Agrícola e coordenador do Laboratório de Estudos da Pobreza na UFC (Universidade Federal do Ceará).

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 20 de setembro.

## Instituições voltam a reduzir projeção para inflação e preveem PIB um pouco maior em 2022

Analistas de mercado reduziram mais uma vez as projeções para a inflação neste ano e no próximo e elevaram a estimativa para o PIB em 2022, mostrou a mais recente pesquisa semanal do Banco Central com cerca de cem instituições financeiras divulgada nesta segunda-feira (19).

As estimativas apontam agora para alta de 6% do IPCA este ano, ante 6,40% há uma semana. O movimento reflete uma redução da projeção dos preços administrados no ano –para -4,16%, de -2,94%– e vem após na semana passada a Petrobras ter anunciado mais uma redução de preços, desta vez do gás de cozinha (-4,73%).

Para o ano que vem, os analistas veem um IPCA de 5,01%, abaixo dos 5,17% estimados há uma semana. Os prognósticos para 2022 e 2023 seguem acima do centro da meta para os dois anos –3,50% e 3,25%–, mas estão em redução constante há semanas, em meio à retração recente dos preços dos combustíveis no mercado internacional e após medidas de desoneração adotadas pelo governo no ano eleitoral.

A estimativa para a alta do PIB deste ano passou a 2,65%, de 2,39% antes, enquanto a projeção para o ano que vem foi mantida em 0,50%. O número para 2022 está em linha com o previsto pela equipe econômica do governo, de 2,7%. Para 2023, no entanto, o Ministério da Economia está bem mais otimista, vendo um crescimento de 2,5%.

O mercado também elevou a projeção para o déficit em transações correntes este ano e no próximo, ao prever um superávit comercial menor em 2022.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 20 de setembro.